



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2018
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2018
PROCESSO Nº 067/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MEDICOS ESPECIALIZADOS, EM NÍVEL AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

O credenciamento ocorrerá a partir do dia 29/10/2018, no horário das 08h00min às 14h00min, **permanecendo aberto para novos interessados pelo período de 12 meses**, na sede da Prefeitura Municipal de São João da Lagoa.

ÍNTEGRA DO EDITAL: a partir do dia 29/10/2018 no email: licita.pmsjl@yahoo.com.br

FONE: (38) 3228-8133 (Comissão Permanente de Licitação)

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA LAGOA - MG, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 003 de 03 de janeiro de 2018 e a Secretaria Municipal de Saúde, conforme Lei Federal nº 8.666/96 e suas alterações, Lei Federal nº 8.080/90 e demais legislações aplicáveis, TORNA PÚBLICA a realização de **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MEDICOS ESPECIALIZADOS**. Os interessados poderão inscrever-se para Credenciamento, a partir do dia 29/10/2018 no Setor de Licitações, Av. Coração de Jesus, 1005 – Centro, na cidade de São João da Lagoa – MG.

Esclarecimento relativo ao presente chamamento público e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhados ao setor de licitações da Prefeitura Municipal de São João da Lagoa.

São João da Lagoa-MG, 25 de outubro de 2018.

Francine de Freitas Gomes
Secretária Municipal de Saúde

José Rodrigo de Jesus Fonseca
PRESIDENTE CPL



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2018
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2018
PROCESSO Nº 067/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DA LAGOA - MG, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de **CREDENCIAMENTO**, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta de Contrato, nos termos e condições a seguir:

Considerando que as condições para execução do objeto são universais e, portanto, a prestação dos serviços dar-se-á em igualdade de condições e o preço a ser pago será o mesmo para todos os interessados, extingue-se a competitividade, caracterizando situação de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Caput do art. 25 da Lei n.º 8.666/93. Desta forma, o Credenciamento apresenta-se como a forma mais adequada de atender o objeto em questão, por conceder tratamento isonômico a todos os pretensos credenciados.

1 – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

1.1. As pessoas físicas ou jurídicas interessadas em participar do presente processo, deverão protocolizar no Setor de Licitações, situada à Av. Coração de Jesus, nº 1005, Centro, nesta Cidade, os documentos enumerados no item 5 deste Edital, a partir das 08 (oito) horas da data de sua publicação, ficando aberto o prazo para credenciamento pelo período de doze meses.

1.2. O contrato de credenciamento para serviços médicos especializados, terá prazo de 12 (doze) meses, renovável por iguais períodos, com limite máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, II, da Lei 8.666/93, contados a partir da data de sua assinatura.

1.3. Os interessados neste credenciamento deverão **atualizar** seu cadastro junto ao Município de São João da Lagoa, ou ainda, **cadastrar-se**, apresentando os documentos necessários ao atendimento de todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

1.4 Estes documentos deverão ser apresentados em envelope identificado como **DOCUMENTOS DE CADASTRAMENTO/ATUALIZAÇÃO** a qualquer momento, visto que o presente credenciamento é um processo de inscrição permanentemente aberto no período de seu prazo de validade, que é de 12 (doze) meses a partir da data da publicação deste edital, durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de São João da Lagoa.

1.5 O interessado que, dentro do período, tiver seus documentos rejeitados somente terá seu pedido reavaliado com a apresentação de novo requerimento e novos documentos já livres dos vícios anteriormente identificados e que foram impeditivos do credenciamento anteriormente pretendido.

1.6 Caso vença algum documento antes da apresentação nos termos do item anterior, deverão também ser apresentados outros novos em plena validade.

2 – DO OBJETO

2.1 – O presente Edital de Chamamento tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MEDICOS ESPECIALIZADOS, EM NÍVEL AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONFORME ANEXO I.**

2.1.1. A consulta e/ou exame médico será realizado no consultório ou clínica credenciada até 100 km do Município de São João da Lagoa e serão pagos conforme os valores estabelecidos no anexo I deste edital.



2.2 - Atendimento conforme a necessidade através de consultas de no mínimo 20 (vinte) minutos, podendo o Fundo Municipal de Saúde adaptar o número de atendimentos de acordo com parâmetros técnicos e série histórica.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste credenciamento os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação pessoas físicas:

3.2.1 - Que estejam em insolvência civil;

3.2.2 - Que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de São João da Lagoa, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.3 - Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.4 - Que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de São João da Lagoa, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.5 - Que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei 8.666/93, observada a exceção prevista no § 1º do art. 9º da mesma Lei;

3.3 - Não poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas:

3.3.1 - Que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

3.3.2 - Que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de São João da Lagoa, durante o prazo da sanção aplicada;

3.3.3 - Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.4 - Que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de São João da Lagoa, durante o prazo da sanção aplicada;

3.3.5 - Que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei 8.666/93, observada a exceção prevista no § 1º do art. 9º da mesma Lei;

3.3.6 - Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;

3.3.7 - Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

3.3.8 - Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.9 - Em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, a fim de ampliar a concorrência.

3.4 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda por cópia, desde que acompanhada do original para conferência e autenticação pela Comissão de Licitações ou a quem designar da Comissão de Licitações.

04 – A PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME OBRIGA A:

4.1 – Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;

4.2 – Executar os serviços de acordo com Anexo I deste edital.

4.3 – Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo mensalmente os comprovantes dos recolhimentos dos impostos decorrentes.

4.4 – Entregar os resultados em meio físico e eletrônico (a ser considerado em data definida pelo Gestor) em conformidade com o cronograma previamente apresentado pelo laboratório definindo o tempo hábil de realização dos exames de acordo com a sua complexidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA -MG
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 13.260.067/0001-07

4.5 – Disponibilizar coleta descentralizada obedecendo à legislação vigente e de acordo com a necessidade definida pelo Gestor.

5 – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO

5.1 – Para participar, o interessado deverá apresentar os documentos para proposta de habilitação conforme segue abaixo, em ENVELOPE, indicando em sua parte externa:

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SÃO JOÃO DA LAGOA/MG
CREDCIAMENTO Nº 005/2018
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO)

5.1 - Os interessados no credenciamento de que cuida este edital, deverão apresentar, em envelope, conforme acima, os seguintes documentos:

5.1.1 - Declaração de que: Não encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e, inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação, em cumprimento do disposto no art. 30, III da Lei nº 8.666/93, **conforme modelo constante no Anexo III deste Edital;**

5.1.2 – Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99) Anexo V.

5.1.3 - Declaração capacidade técnica conforme anexo VI;

PESSOA JURÍDICA

5.2– Habilitação Jurídica:

5.2.1 registro comercial, no caso de empresa individual;

5.2.2 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.3 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.4 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3– Regularidade Fiscal e trabalhista

5.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2 - Certidão de regularidade de débito para com a Receita Federal (Certidão Negativa de Quitação de Tributos e Contribuições Federais) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União).

5.3.3. - Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

5.3.4 - Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

5.3.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.3.5 – Prova de regularidade para com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

5.3.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Art. 3º do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).



5.4– Qualificação Econômica - Financeira.

5.4.1 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

5.5 - Qualificação Técnica

5.5.1 – Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária;

5.5.2 - Cópia do Registro de Classe do responsável técnico;

5.5.3 - Cópia do registro da empresa junto ao respectivo Conselho Regional.

PESSOA FÍSICA

5.6 - Habilitação Jurídica

a) Cópia da Cédula de Identidade;

b) Comprovante de endereço atual, pelos últimos 60(sessenta) dias;

5.7 - Regularidade Fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

b) Prova de regularidade de débito para com a Receita Federal (Certidão Negativa de Quitação de Tributos e Contribuições Federais) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União);

c) Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e) Comprovante de residência.

f) certidão negativa de débitos trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho (CNDT).

5.8 – Qualificação Técnica

a) Cópia do Registro de Classe (CRM).

5.9 - Disposições Gerais da Habilitação

5.9.1 - Os documentos exigidos deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticada por tabelião de Notas ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, à vista dos originais. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

5.9.2 - Não serão aceitas cópias reproduzidas em aparelho de fax.

5.9.3 - Todos os documentos que contenham prazo de validade deverão estar em plena vigência.

5.9.4 - Serão desconsideradas as cópias rasuradas, ilegíveis, apagadas ou que apresentarem qualquer defeito capaz de colocar em dúvida a sua fidelidade.

5.9.5 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por copia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas.

5.9.6 - As ME's e EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

5.9.7 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de São João da Lagoa, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.**

5.9.8 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a Comissão Permanente de licitação.

5.9.9 Serão considerados habilitados os interessados que apresentarem a documentação válida exigida, no prazo e horários estabelecidos no item 1, e se enquadrarem nas regras deste Edital.



5.9.10 Serão considerados inabilitados os interessados que:

- a) Por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta, ou Indireta, Federal, Estadual, ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o expediu;
- b) Estejam inadimplentes com as obrigações assumidas junto aos órgãos fiscalizadores da atividade, sejam financeiras ou de registro profissional, bem como os que possuam qualquer nota desabonadora emitida pelo mesmo;
- c) Deixarem de apresentar qualquer documentação exigida neste Edital;
- d) Tenham sido **DESCONTRATADOS** pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA** anteriormente por descumprimento de cláusulas contratuais ou irregularidade na execução dos serviços prestados, conforme avaliação do Instituto no contrato anterior.

6 – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 – A análise dos documentos apresentados será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de São João da Lagoa e Comissão Permanente de Licitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período, contados a partir da data de encerramento das inscrições e/ou entrega da documentação.

7 - DO PREÇO, CARACTERÍSTICAS, MÉTODO UTILIZADO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1 – O Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa pagará à (ao) credenciada (o) a importância descrita na TABELA - ANEXO I e de acordo com a PROPOSTA DE ADESÃO (Anexo II) de cada proponente, desde que aprovado pela Comissão de Licitações.

7.2 – Os serviços serão prestados de acordo com a TABELA – ANEXO I, a qual estabelece as condições previamente definidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.3 - Os serviços serão prestados mediante a (s) requisição/autorização da Secretaria Municipal de Saúde para que **os interessados se encaminhem à empresa credenciada de sua livre escolha**, conforme o caso.

7.4 – O valor a ser pago é fixo e irrevogável durante toda a vigência do contrato, salvo se houver mudanças na economia do país que implique em reajustamento meramente para equilibrar o valor da contraprestação da TABELA – ANEXO I.

8 - DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E RECURSOS

8.1 - Analisada a documentação para verificar o cumprimento das exigências do Edital, para efeito de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação divulgará os interessados habilitados, após análise e classificação, por meio de publicação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

8.2 - Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação entregue no ato de inscrição, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data da divulgação prevista no item 6.1, ficando, nesse período, autorizado vistas ao seu processo junto ao Setor de Licitações, observada as seguintes determinações:

8.2.1 - O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso;

8.2.2 - O recurso deverá ser protocolizado ou enviado por via postal ao Setor de Licitações, à Av. Coração de Jesus, nº 1005, centro, no prazo estabelecido no item 8.2, ficando estabelecido o prazo de até 10 (dez) dias úteis para análise;

8.2.3 – A Secretaria Municipal de Saúde poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

8.2.4 - Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor recurso;

8.2.5 - Não serão aceitos recursos por fax ou correio eletrônico, nem fora dos padrões e prazos estabelecidos neste Edital;

8.2.6 - Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios;

8.2.7 - Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação;



8.2.8 - Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados no quadro de avisos da Prefeitura municipal.

9 – DA PROPOSTA E DA SUA FORMA DE APRESENTAÇÃO

9.1 – A proposta de adesão deverá ser elaborada, preferencialmente em papel timbrado da proponente, ou com sua completa identificação, através de impressão ou por carimbo padronizado.

9.2 – Deverão em tudo seguir o modelo que compõe este edital – **Modelo de Proposta de Adesão (ANEXO II)**, descrevendo apenas os itens para os quais deseja credenciamento.

9.3 – Deve ser apresentada, em língua e moeda nacional (R\$), isento de rasuras, emendas ou entrelinhas, e ao final, deve ser datada e assinada pelo representante legal, com carimbo da empresa.

9.4 – DO ENVELOPE DA PROPOSTA DO CREDENCIAMENTO

O envelope deverá conter o anexo II preenchidos e com o frontispício da seguinte maneira:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA

INEXIGIBILIDADE 005/2018

CREDENCIAMENTO 005/2018

PROCESSO Nº 067/2018

PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO

A/C: Comissão Permanente de Licitações

LICITANTE:

CNPJ:

Endereço:

Telefone e E-mail:

10 – DO PREÇO, CARACTERÍSTICAS, MÉTODO UTILIZADO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

10.1 – A Prefeitura Municipal pagará à (ao) credenciada (o) as importâncias descritas na TABELA - ANEXO I e de acordo com a PROPOSTA DE ADESÃO (Anexo II) de cada proponente, desde que aprovado pela Comissão de Licitações.

10.1.1 - Os serviços serão prestados mediante a (s) requisição/autorização (receituário) da Secretaria Municipal de Saúde para que os mesmos sejam prestados nos locais previamente definidos ou para **que os interessados se encaminhem à empresa credenciada de sua livre escolha**, conforme o caso.

10.1.2 – O valor descrito na PROPOSTA DE ADESÃO será referente ao credenciamento de 01 (um) Exame, o qual será multiplicado pelo numero de pedidos realizados pela credenciada no referido mês, para fins de pagamento.

10.1.3 - O valor a ser pago é fixo e irrevogável durante toda a vigência do contrato, salvo se houver mudanças na economia do país que implique em reajustamento da TABELA.

10.2 – A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será da data de sua assinatura até o término do credenciamento, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base no art. 57, II, Lei 8.666/93.

10.2.1 – O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições a que se submeteu no procedimento inicial para se habilitar.

11 – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

11.1 – Os serviços serão medidos mensalmente tendo como data de encerramento todo dia 30.

11.2 – Encerrado o mês será emitido relatório analítico dos atendimentos tendo como referência o número de requisições/autorizações (pedidos de exames/consultas) emitidas pela Secretaria de Saúde, destinando as requisições/autorizações (pedidos de exames/consultas) a Secretaria de Saúde para autorizar o pagamento dos serviços.

11.3 – Concluído e entregue o relatório, o pagamento será realizado até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA -MG
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 13.260.067/0001-07

11.4 – O licitante ao qual for adjudicado o objeto do certame será convocado para assinar o termo de credenciamento no prazo de 03 (três) dias úteis, conforme minuta anexa, parte integrante deste Edital.

11.5 – O termo de credenciamento a ser firmado entre o Município e os credenciados, terá validade de DOZE MESES a partir da data da assinatura da ata, podendo conforme a legislação ser prorrogado.

11.6 – *As despesas, decorrentes do presente CREDENCIAMENTO, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:*

12.01.02.10.301.80.2178.33903600 fichas 1037, 1400

12.01.02.10.301.80.2178.33903900 fichas 1401

11.7 – Os pagamentos serão feitos mensalmente, contados a partir da entrega do serviço discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

11.8 – A nota fiscal deverá constar o(s) número (s) da(s) ordem (ens) de fornecimento parcial (is) emitida (s) pelo setor de compras desta prefeitura.

11.9 – Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

11.10 – Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Fundo municipal de Saúde de São João da Lagoa, CNPJ nº 13.260.067/0001-07.

11.11 – A nota fiscal, correspondente, deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao Secretário Municipal de Saúde ou representante por ele indicado, que somente atestará a prestação dos serviços e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante credenciada, todas as condições pactuadas.

11.12 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de São João da Lagoa e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de São João da Lagoa.

12 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

12.1 – Obrigações:

12.1.1 – da Prefeitura:

- a) Expedir as requisição/autorização (Pedido de Exame) para que **os interessados se encaminhem à empresa credenciada de sua livre escolha;**
- b) comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de prestação dos serviços;
- c) conferir e aprovar os serviços realizados;
- d) efetuar o pagamento dos serviços realizados nos moldes deste edital;
- e) prestar aos credenciados, todas as informações necessárias para o bom desempenho dos serviços;

12.1.2 – Obrigação dos credenciados:

- a) executar os serviços de conformidade com o Edital e as normas de saúde.
- b) permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;
- c) manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições apresentadas quando da habilitação para o credenciamento;
- d) comunicar à Prefeitura, a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;
- e) responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados e resultados dos serviços seja na esfera administrativa, cível ou criminal.
- f) arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, e outras de qualquer espécie, para o completo cumprimento do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;



- g) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- h) fazer comprovar ao Contratante os recolhimentos sociais incidentes a que título for;
- i) fica estabelecida a obrigação de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8666/93 e alterações;
- j) responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à Contratante e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos.
- l) Os serviços deverão ser prestados diretamente por profissionais do estabelecimento contratado. Para os efeitos deste Edital consideram-se profissionais próprios do prestador:
- l.1 - O membro do seu corpo clínico;
- l.2 - O profissional que tenha vínculo de emprego com o prestador;
- l.3 - O profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviços ao prestador, ou seja, por este autorizado e formalmente cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde/CNES.
- m) Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para execução dos serviços ofertados através deste Edital, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício ou de prestação de serviços, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Gestor Municipal, apresentando os respectivos comprovantes de pagamento dos encargos devidos sempre que solicitado.
- n) É de responsabilidade exclusiva e integral do prestador manter em dia o pagamento dos serviços terceirizados a eles vinculados.
- o) Não realizar sub-contratação total ou parcial dos serviços contratados.

13 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Credenciamento, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I- advertência;

II- multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III- suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.



14 – DOS CASOS DE DESCREDENCIAMENTO

14.1 – Da Prefeitura, sem prévio aviso, quando:

- a** – o (a) contratado (a) deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;
- b** – o (a) contratado (a) descumprir qualquer das obrigações estabelecidas no item 9.1 deste edital, segundo o caso;
- c** – o (a) contratado (a) praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
- d** – ficar evidenciada a incapacidade do credenciado de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;
- e** – por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Prefeitura Municipal;
- f** – Em razão de caso fortuito ou força maior;
- g** – No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os seus sócios;
- h** – Nas outras hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/93.

14.2 – Pelo credenciado:

- a** – Mediante solicitação escrita e devidamente justificada à Prefeitura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

15 - DA CONTRATAÇÃO

15.1 - Os interessados que foram habilitados ao credenciamento serão contratados por meio de instrumento de prestação de serviços, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, conforme minuta constante do Anexo VIII deste Edital.

15.2 - O contrato terá sua vigência estabelecida pelo Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa, dentro dos limites previstos pela Lei Federal nº 8.666/93.

15.3 – O(A) CONTRATADO(A) deverá iniciar as suas atividades, em regra, a partir da assinatura do contrato, e em casos excepcionais a critério do Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa-MG, na defesa do interesse público.

15.4 - O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e unilateral do Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa-MG, nos casos enumerados na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, comunicando expressamente O(A) CONTRATADO(A), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam, aos CONTRATADOS quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

15.5 – O(A) CONTRATADO(A) deverá apresentar mensalmente ao Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa-MG comprovantes de pagamento ao INSS e demais encargos tributários incidentes obre sua atividade, sob pena de ter os respectivos valores descontados de seu pagamento na forma da lei.

15.6 – O contrato celebrado com o interessado habilitado não gera ao O(A) CONTRATADO(A) qualquer vínculo empregatício com o Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa-MG.

16 – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1 - O Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa-MG realizará o acompanhamento da execução dos serviços CONTRATADOS por meio de auditorias, comunicações escritas, e outras atividades correlatas, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do CONTRATADO.

17 - DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA -MG
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 13.260.067/0001-07

17.1 - O presente Edital poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

18.2 – É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

18.3 – As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pela Prefeitura Municipal de São João da Lagoa – Estado de Minas Gerais, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante vencedora.

18.4 – São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo Proposta de Adesão

Anexo III – Declaração de fatos impeditivos e de que preenche as condições de habilitação;

Anexo IV – Documento de Credenciamento;

Anexo V – Modelo de Declaração de Atendimento ao Art. 27, V da Lei nº 8.666/93 e Alterações posteriores;

Anexo VI – Modelo Declaração de Capacidade Técnica;

Anexo VII – Minuta de Contrato;

18.5 – O licitante não poderá negar o fornecimento dos itens requisitados ao argumento de não possuí-las em estoque. A inadimplência no fornecimento poderá provocar o cancelamento do Credenciamento.

18.6 – As licitantes credenciadas serão convocadas para receber a Ordem de fornecimento Global ou Parcial correspondente aos créditos referentes aos respectivos objetos desta licitação, ou a mesma será encaminhada por e-mail, na forma do disposto no caput do art. 64 da Lei 8666/93.

18.7 – A Prefeitura Municipal de São João da Lagoa – Estado de Minas Gerais reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada Lei.

18.8 – A Comissão de licitações dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que arguidas até o termino do prazo para credenciamento, no endereço: Av. Coração de Jesus, nº 1005, centro, departamento de Licitações, São João da Lagoa – Estado de Minas Gerais, ou pelo telefone (0**38) 3228-8133, no horário de 08:00 às 17:00 horas.

18.9 – Durante o período de vigência do contrato o Credenciado deverá manter regular, através de documentos, as mesmas condições de habilitação do momento do credenciamento.

18.10 – É competente o foro do Município de Coração de Jesus/MG para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente credenciamento, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

São João da Lagoa (MG), 25 de outubro de 2018.

Francine de Freitas Gomes
Secretária Municipal de Saúde

José Rodrigo de Jesus Fonseca
PRESIDENTE CPL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MEDICOS ESPECIALIZADOS, EM NÍVEL AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

- 1.2. Serão credenciados todos os interessados que, a tempo e modo, atenderem às exigências fixadas no edital.
- 1.3. O credenciamento significa a inclusão do interessado no cadastro que ficará à disposição dos usuários do Município de São João da Lagoa/MG.
- 1.4. A escolha do credenciado caberá ao próprio usuário.

2. JUSTIFICATIVA:

A Contratação pretendida se justifica pelas razões abaixo elencadas:

- Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
- Considerando a responsabilidade dos órgãos públicos, inclusive da Prefeitura Municipal por meio da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a legislação federal vigente, em disponibilizar programas e atendimentos relativos à saúde ocupacional, com o objetivo da promoção e da preservação da saúde e da integridade dos munícipes.
- O Credenciamento faz necessário sendo que esses serviços são essenciais para o atendimento da população, visto que alguns deles não são disponibilizados pelo SUS – Sistema Único de Saúde e, alguns, a cota no SUS é insuficiente para cobrir a demanda do Município de São João da Lagoa.

– Da delimitação geográfica:

Justifica-se a utilização do Decreto Municipal de nº. 03 de 20 de fevereiro de 2018 na presente licitação; em que prevê que apenas empresas localizadas no raio de até 100 km de distância do Município de São João da Lagoa poderão participar do certame; tendo em vista que a licitação será destinada para prestação de serviços de exames médicos especializados que devido a serem serviços de atendimento contínuo tal exigência se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa, pois, se a distância entre o local onde se encontra o objeto da licitação e Contratada for maior que a determinada, a vantagem do “menor preço” ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento. Com base no princípio da economicidade, não justificam um deslocamento acima do previsto. Acrescente-se a isso a efetividade do acompanhamento da prestação dos serviços, facilitando a periodicidade de visitas de profissional para controle dos orçamentos apresentados, levantamento dos exames/consultas executados, facilidade para o usuário dos serviços, etc. Assim, a definição do raio de 100 (cem) km tem o potencial de melhorar a gestão sobre os serviços de saúde desta municipalidade, reduzindo as despesas com tal ação, efetivando o controle de todas as etapas do processo.

Especificamente em relação à exigência de delimitação de localização geográfica do estabelecimento do contratado, Justen Filho ensina que — *existem hipóteses em que a Administração Pública está legitimada a exigir que o particular execute a prestação contratual em determinado local, sendo indispensável para tanto a existência de um estabelecimento geográfico em determinada região*. Completa o autor afirmando que:

Assim se passa naqueles casos de contratos de execução continuada, que versem sobre o fornecimento de bens ou serviços destinados à satisfação de necessidades administrativas renovadas continuamente. Em alguns casos, é cabível a solução de impor ao particular o dever de executar a prestação em local específico e determinado.

(...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA -MG
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 13.260.067/0001-07

Ou seja, admite-se a consagração de critério de localização geográfica do estabelecimento do licitante se tal for indispensável à execução satisfatória do contrato e se a localização geográfica envolver distinções econômicas pertinentes à avaliação da vantajosidade da proposta.

Além do mais, na área delimitada pela municipalidade existe um número considerável de municípios, que certamente sediam muitas empresas aptas a prestarem os serviços pretendidos. Portanto, o limite de distância exigido não fere o princípio da competitividade consagrado pela lei de licitações.

É plenamente oportuna e legal a delimitação de distância para o objeto em questão em virtude de que a licitação será destinada a prestação de serviços imediatos. Tratando-se de serviços imediatos a administração pública sob pena de violação aos princípios da eficiência, eficácia e economicidade, deve buscar todos os meios se salvaguardar de qualquer infortúnio que possa comprometer a qualidade dos serviços a serem prestados. Tem-se assim por justificada a imposição de distância para os participantes do presente certame, conforme autoriza o artigo 1º, § 3º do Decreto Municipal n. 03 de 20 de fevereiro de 2018.

3. PLANILHAS DE ESPECIFICAÇÃO, QUANTIFICAÇÃO E VALOR DE SERVIÇOS

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.
	2,00	UND	ANESTESIA PARA EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	200,00
1.	2,00	UND	ANGIO- RM ARTERIAL DE PESCOÇO	600,00
2.	2,00	UND	ANGIO- RM DE AORTA ABDOMINAL	600,00
3.	2,00	UND	ANGIO- RM DE AORTA TORÁCICA	600,00
4.	2,00	UND	ANGIO- RM VENOSA DE ABDOME SUPERIOR	600,00
5.	2,00	UND	ANGIO- RM VENOSA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	550,00
6.	2,00	UND	ANGIO- RM VENOSA DE PELVE	600,00
7.	2,00	UND	ANGIO- RM VENOSA DE PESCOÇO	600,00
8.	2,00	UND	ANGIO-RM ARTERIAL DE PELVE	600,00
9.	2,00	UND	ANGIO - RM VENOSA DE CRÂNIO	600,00
10.	2,00	UND	ANGIO RM ARTERIAL PULMONAR	750,00
11.	5,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA (CRÂNIO OU PESCOÇO OU TÓRAX OU ABDOME OU PELVE)	400,00
12.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA ARTERIAL DE ABDOME SUPERIOR	400,00
13.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA ARTERIAL DE CRÂNIO	400,00
14.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA VENOSA DE ABDOME SUPERIOR	400,00
15.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA VENOSA DE CRÂNIO	400,00
16.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA VENOSA DE MEMBRO INFERIOR	400,00
17.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA VENOSA DE MEMBRO SUPERIOR	400,00
18.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA VENOSA DE PELVE	400,00
19.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA VENOSA DE PESCOÇO	400,00
20.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA VENOSA DE TÓRAX	400,00
21.	2,00	UND	ANGIOTOMOGRÁFIA VENOSA PULMONAR	400,00
22.	5,00	UND	COLONOSCOPIA	600,00
23.	15,00	UND	DENSITOMETRIA ÓSSEA – ROTINA: COLUNA E FÊMUR	90,00
24.	10,00	UND	DOPPLER COLOR ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR - UNILATERAL	150,00
25.	10,00	UND	DOPPLER COLOR ARTERIAL DE MEMBRO SUPERIOR - UNILATERAL	150,00
26.	10,00	UND	DOPPLER COLOR DE AORTA E ARTÉRIAS RENAIAS	200,00
27.	1,00	UND	DOPPLER COLOR VASOS CERVIC. ARTER. BILAT(CARÓTIDAS E VERT)	200,00
28.	1,00	UND	DOPPLER COLOR VENOSO DE MEMBRO INFERIOR - UNILATERAL	150,00
29.	20,00	UND	ECOCARDIOGRAMA	110,00
30.	20,00	UND	ELETROENCEFALOGRAMA	120,00
31.	20,00	UND	HOLTER 24 HORAS	80,00
32.	10,00	UND	MAMOGRAFIA DIGITAL BILATERAL	90,00
33.	20,00	UND	MAPA 24 HORAS:	90,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA -MG
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 13.260.067/0001-07

34.	2,00	UND	RM ABDOME SUPERIOR (FÍGADO, PÂNCREAS, BAÇO, RINS, SUPRARRENAIS)	600,00
35.	2,00	UND	RM BACIA (ARTICULAÇÕES SACRO ILÍACAS)	600,00
36.	2,00	UND	RM BASE DO CRÂNIO	600,00
37.	2,00	UND	RM BOLSA ESCROTAL	600,00
38.	5,00	UND	RM COLUNA CERVICAL	550,00
39.	5,00	UND	RM COLUNA DORSAL	550,00
40.	2,00	UND	RM COXA (UNILATERAL)	600,00
41.	2,00	UND	RM CRÂNIO (ENCÉFALO)	600,00
42.	2,00	UND	RM FACE (INCLUI SEIOS DA FACE)	600,00
43.	2,00	UND	RM FETAL	550,00
44.	2,00	UND	RM FLUXO LIQUORICO (COMO COMPLEMENTAR)	550,00
45.	2,00	UND	RM MAMAS (BILATERAL)	698,00
46.	2,00	UND	RM MÃO (NÃO INCLUI PUNHO)	600,00
47.	2,00	UND	RM PELVE (NÃO INCLUI ARTICULAÇÕES COXOFEMORAIS)	600,00
48.	2,00	UND	RM PERNA (UNILATERAL)	600,00
49.	5,00	UND	RX ABDOME AGUDO - 3 INC	40,00
50.	5,00	UND	RX ABDOME SIMPLES - 1 INC:	35,00
51.	5,00	UND	RX ANTEBRAÇO - 2 INC	35,00
52.	5,00	UND	RX ARTICULAÇÃO ACROMIOCLAVICULAR - 2 INC	35,00
53.	5,00	UND	RX ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR - BILATERAL - 4 INC	45,00
54.	5,00	UND	RX ARTICULAÇÕES SACROILÍACAS - 3 INC	40,00
55.	5,00	UND	RX BACIA - 1 INC	40,00
56.	5,00	UND	RX BRAÇO - 2 INC	35,00
57.	5,00	UND	RX CALCÂNEO - 2 INC	35,00
58.	10,00	UND	RX CAVUN OU ADENÓIDES - 2 INC	35,00
59.	5,00	UND	RX COLUNA CERVICAL - 3 INC	35,00
60.	5,00	UND	RX COLUNA CERVICAL - 5 INC	45,00
61.	5,00	UND	RX COLUNA DORSAL - 2 INC	35,00
62.	5,00	UND	RX COLUNA DORSAL - 4 INC	45,00
63.	5,00	UND	RX COLUNA DORSO - LOMBAR PARA ESCOLIOSE - 2 INC	45,00
64.	5,00	UND	RX COLUNA LOMBO - SACRA - 3 INC	35,00
65.	5,00	UND	RX COLUNA LOMBO -SACRA - 5 INC	45,00
66.	5,00	UND	RX COLUNA TOTAL PARA ESCOLIOSE (TELESPONDILOGRAFIA) - 2 INC	69,90
67.	5,00	UND	RX COSTELAS - POR HEMITÓRAX - 2 INC	35,00
68.	5,00	UND	RX COTOVELO - 2 INC	35,00
69.	5,00	UND	RX COXA - 2 INC.	35,00
70.	5,00	UND	RX CRÂNIO - 2 INC.	35,00
71.	5,00	UND	RX CRÂNIO - 3 INC.	37,50
72.	5,00	UND	RX CRÂNIO - 4 INC.	40,00
73.	5,00	UND	RX ESCANOMETRIA - 3 INC.	50,00
74.	5,00	UND	RX ESTERNO - 2 INC.	35,00
75.	5,00	UND	RX JOELHO - 2 INC.	35,00
76.	5,00	UND	RX MÃO OU QUIRODÁCTILO - 2 INC.	35,00
77.	5,00	UND	RX MÃOS E PUNHOS PARA IDADE ÓSSEA - 1 INC.	35,00
78.	5,00	UND	RX MAXILAR INFERIOR - 3 INC	35,00
79.	5,00	UND	RX OMBRO (ARTICULAÇÃO ESCAPULOUMERAL) - 2 INC	35,00
80.	5,00	UND	RX OMOPLATA OU ESCÁPULA - 2 INC	40,00
81.	5,00	UND	RX ORBITAS - BILATERAL - 4 INC	40,00
82.	5,00	UND	RX ORELHA, MASTÓIDES OU ROCHEDOS - BILATERAL - 8 INC	40,00
83.	5,00	UND	RX OSSOS DA FACE - 4 INC	40,00
84.	20,00	UND	RX PATELA - 3 INC	37,50
85.	20,00	UND	RX PE OU PODODÁCTILO - 2 INC	35,00
86.	20,00	UND	RX PERNA - 2 INC	35,00
87.	20,00	UND	RX PUNHO - 2 INC	35,00
88.	20,00	UND	RX QUADRIL (ARTICULAÇÕES COXOFEMORAL)- 2 INC	40,00
89.	20,00	UND	RX SACRO-COCCIX - 2 INC	40,00
90.	20,00	UND	RX SEIOS DA FACE - 3 INC	35,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA -MG
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 13.260.067/0001-07

91.	5,00	UND	RX SELA TÚRCICA - 3 INC	35,00
92.	5,00	UND	RX TÓRAX - 1 INC	30,00
93.	5,00	UND	RX TÓRAX - 2 INC	35,00
94.	5,00	UND	RX TÓRAX - 3 INC	40,00
95.	5,00	UND	RX TÓRAX - 4 INC	42,50
96.	5,00	UND	RX TÓRAX (OIT)	35,00
97.	5,00	UND	RX TORNOZELO (ARTICULAÇÕES TIBIOTÁRSICA) - 2 INC	35,00
98.	5,00	UND	TC ABDOME SUPERIOR	400,00
99.	2,00	UND	TC COLUNA - SEGMENTO ADICIONAL	50,00
100.	5,00	UND	TC COLUNA CERVICAL	220,00
101.	5,00	UND	TC COLUNA DORSAL	220,00
102.	5,00	UND	TC COLUNA LOMBAR	220,00
103.	2,00	UND	TC DE VIAS URINÁRIAS (UROTOMOGRÁFIA)	550,00
104.	5,00	UND	TC PELVE OU BACIA	400,00
105.	2,00	UND	TC TÓRAX	400,00
106.	20,00	UND	US ABDOME INFERIOR FEMININO (BEXIGA, ÚTERO, OVÁRIO):	65,00
107.	10,00	UND	US ABDOME INFERIOR MASCULINO (BEXIGA, PRÓSTATA E VESÍCULA)	70,00
108.	20,00	UND	US ABDOME SUPERIOR (FÍGADO, VIAS BILIAS, VESÍC, PANC, BAÇ)	80,00
109.	20,00	UND	US ABDOME TOTAL (INCLUI ABDOME INFERIOR)	110,00
110.	20,00	UND	US APARELHO URINÁRIO (RINS, URETERES E BEXIGA)	70,00
111.	10,00	UND	US ARTICULAÇÕES (POR ARTICULAÇÕES)	80,00
112.	5,00	UND	US ESTRUTURAS SUPER.(CERVICAL OU AXILAS OU MÚSCULO)	80,00
113.	5,00	UND	US GLÂNDULAS SALIVARES (TODAS)	80,00
114.	5,00	UND	US GLOBO OCULAR - BILATERAL	80,00
115.	5,00	UND	US GLOBO OCULAR COM DOPPLER COLORIDO - BILATERAL	100,00
116.	5,00	UND	US GLOBO OCULAR COM DOPPLER COLORIDO – BILATERAL	100,00
117.	10,00	UND	US MAMAS	90,00
118.	10,00	UND	US OBSTÉTRICA	80,00
119.	20,00	UND	US OBSTÉTRICA 1º TRIMESTRE (ENDOVAGINAL)	90,00
120.	10,00	UND	US OBSTÉTRICA CONVENCIONAL COM DOPPLER COLORIDO	120,00
121.	10,00	UND	US OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA	160,00
122.	10,00	UND	US ÓRGÃOS SUPERFICIAIS (TIREÓIDE OU ESCROTO OU PÊNIS)	80,00
123.	10,00	UND	US PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	80,00
124.	20,00	UND	US PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	70,00
125.	10,00	UND	US PROSTATA TRANSRETAL (INCLUI ABDOME INFERIOR MASCULINO)	100,00
126.	2,00	UND	US REPROPERITÔNIO (GRANDES VASOS OU ADRENAIS)	80,00
127.	20,00	UND	US TRANSVAGINAL (INCLUI ABDOME INFERIOR FEMININO)	80,00
128.	20,00	UND	US TRANSVAGINAL PARA CONTROLE DE OVULAÇÃO (3 OU MAIS):	160,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				110.480,50

4. AMPARO LEGAL

4.1. A realização do certame tem base no Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93, especialmente em razão da inviabilidade de competição e da escolha da Administração Pública pela hipótese do credenciamento.

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. A partir do encaminhamento pelo Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa, o examinando encaminhar-se-á para exame, podendo escolher o credenciado, bem como o horário de sua preferência, conforme agendamento com esse.

5.2. O credenciado deverá ter postos de atendimento até 100 km do Município de São João da Lagoa.

5.3. O agendamento ficará a cargo do Município, devendo ser realizado por meio de contato direto com o credenciado.

5.4. O Credenciado não se responsabilizará com o transporte dos pacientes.



6. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Os credenciados deverão atender os usuários do SUS com observância de suas necessidades, privilegiando os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de 65 anos de idade, as gestantes, lactantes, lactentes e crianças até 05 (cinco) anos, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e de acordo com cada especialidade médica.
- 6.2. Os serviços serão prestados em clínica/consultório próprio do credenciado mediante agendamento prévio da Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.3. O credenciado deverá observar como retorno de consulta, o prazo de 30 (trinta) dias, ou, quando for caso, a partir da liberação efetiva de exames laboratoriais para fechamento de diagnóstico.
- 6.4. Nos casos em que os atendimentos ocorrerem nas unidades previamente definidas pelo gestor de saúde, após prévia manifestação do usuário, esta se dará conforme o cronograma elaborado pela central de marcação de consultas.
- 6.5. A CREDENCIADA TAMBÉM DEVERÁ DISPONIBILIZAR OS SEGUINTE MATERIAIS: Aparelhagem, equipamentos e medicamentos necessários para a realização dos exames e consultas contratados em clínica/consultório próprio.
- 6.6. A empresa que executar serviços sem autorização expressa da Secretaria de Saúde não receberá pelos serviços.
- 6.7. Se constatado que a CREDENCIADA executou e/ou estiver executando serviços diferentes aos indicados no formulário de requisição de exames serão aplicadas medidas cabíveis.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.1 - A credenciada deverá atender as normas e regulamentações Técnicas exigidas por lei, pelo Ministério da Saúde e por este Edital, sendo que os serviços considerados inadequados, de ou não atenderem às exigibilidades, terão o pagamento cancelado.

8. DO VALOR

- 8.1 - O município pagará aos credenciados os valores mensais de acordo com os itens deste anexo, conforme **OS VALORES DA TABELA.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA -MG
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 13.260.067/0001-07

ANEXO – II
(MODELO DE PROPOSTA DE ADESÃO)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2018
CREENCIAMENTO 005/2018

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MEDICOS ESPECIALIZADOS, EM NÍVEL AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

PROPOSTA DE ADESÃO

Razão Social/Nome:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Responsável Legal:
Telefone:
e-mail:

À
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Vimos por meio desta, apresentar nossa **PROPOSTA DE ADESÃO** ao **credenciamento** para prestar serviços na área de saúde do Município de São João da Lagoa - (MG), conforme divulgado em edital próprio da Prefeitura, propondo dar atendimento profissional especializado nas áreas abaixo indicadas, nos preços que foram previamente determinados para cada atendimento:

RELACIONAR OS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UND

Declaramos estarmos ciente e de acordo com todas as condições do edital supracitado, bem como com todas as cláusulas e condições contidas na minuta do futuro contrato a ser firmado pelas partes.

Sendo o que se apresenta, esperando haver atendido as exigências do edital, solicitamos seja deferido o nosso credenciamento.

Atenciosamente,

Local e Data: _____, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do responsável legal da empresa



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Empresa/Nome _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, com sede/residente na _____, por intermédio de seu representante legal, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em cumprimento ao exigido no Edital de CREENCIAMENTO nº 005/2018, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua Habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: _____ - ____, ____ de _____ de 2018.

(carimbo da empresa e assinatura)



ANEXO IV
CRENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

A _____ (nome da proponente) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, cidade _____, neste ato representado pelo(s) (sócios ou diretores com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), nomeia e constitui seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere (m) amplos e gerais poderes para, junto ao Município de São João da Lagoa – Estado de Minas Gerais, praticar os atos necessários com vistas à participação do outorgante na licitação, modalidade INEXIGIBILIDADE, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Local e data: _____ - ____, ____ de _____ de 2018.

(carimbo da empresa e assinatura)
(Reconhecer firma)



ANEXO V

**DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93 E ART. 7º,
INCISO XXXIII, DA CF.**

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CPF nº....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CREDENCIAMENTO nº ____/2018

A Comissão de Licitação e Julgamentos

(Nome) _____, CNPJ/CPF nº _____, sede a _____ (endereço completo), declaramos possuir capacidade técnica e estar disponível a realizar os serviços em atendimento aos usuários das Unidades de Saúde do Município de São João da Lagoa-MG.

Local e data: _____ - ____, ____ de _____ de 2018.

(carimbo da empresa e assinatura)



ANEXO VII

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2018 - CREDENCIAMENTO 005/2018
PROCESSO Nº 067/2018.

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº .../2018

“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DECORRENTE DO CREDENCIAMENTO, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA LAGOA/MG E A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA LAGOA/MG** entidade de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.494/0001-28, com sede na Av. Coração de Jesus, nº 1005, Centro, nesta cidade de São João da Lagoa, aqui representado pela Sr. Prefeito Municipal, **CARLOS ALBERTO MOTA DIAS**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA LAGOA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.260.067/0001-07, com sede na Rua Leopoldino, s/n, centro, São João da Lagoa /MG, aqui representado pela Sra. Secretária Municipal de Saúde, **FRANCINE DE FREITAS GOMES**, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado como **CONTRATADA** a empresa.....,estabelecida, CNPJ....., representada por, brasileiro,,, residente e domiciliado na Rua, nº, nesta cidade de, celebram o presente contrato de fornecimento de bens em conformidade com a licitação modalidade **INEXIGIBILIDADE nº 005/2018, Processo nº 067/2018, CREDENCIAMENTO Nº 005/2018**, e com a proposta respectiva, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - A presente licitação tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MEDICOS ESPECIALIZADOS, EM NÍVEL AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, conforme PROPOSTA DE ADESÃO, representado pelo ANEXO I.**

- São partes integrantes e complementares deste contrato, independentemente de transcrição, o **Processo Licitatório nº 067/2018, INEXIGIBILIDADE nº 005/2018** e respectivas normas, especificações, despachos, pareceres, planilhas, e demais documentos dele integrantes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O contratante pagará ao (à) contratado(a), pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de exames efetivamente realizados, de acordo com o valor constante da tabela abaixo, no período do contrato, sendo os seguintes preços por item:

(Esta tabela será preenchida de acordo com os itens da licitante CREDENCIADA)

ITEM	UNID.	QTD	DESCRIÇÃO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1				R\$	R\$

2.2 - Após a assinatura do contrato será expedida pelo Município, através da autoridade competente, a respectiva Ordem de Serviço objeto da presente licitação, de acordo com as disposições do presente Edital, bem assim do ajuste.

2.3 - O pagamento será efetuado à CONTRATADA até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com os serviços efetivamente executados e devidamente atestados pelo Município de São



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA -MG
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 13.260.067/0001-07

João da Lagoa/MG, devendo a contratada apresentar os documentos fiscais ao departamento de contabilidade desta Prefeitura Municipal.

2.4 – Os pagamentos serão feitos mensalmente, contados a partir da execução do serviço discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

2.5 – A nota fiscal deverá constar o(s) número (s) da(s) ordem (ens) de fornecimento parcial (is) emitida (s) pelo setor de compras desta prefeitura.

2.6 – Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

2.7 – Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa, CNPJ nº 13.260.067/ 0001-07.

2.8 – A nota fiscal, correspondente, deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante do Fundo Municipal de Saúde de São João da Lagoa, que somente atestará a execução dos serviços e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante credenciada, todas as condições pactuadas.

2.9 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de São João da Lagoa e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de São João da Lagoa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 A despesa com a presente licitação correrá a conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

12.01.02.10.301.80.2178.33903600 fichas 1037, 1400

12.01.02.10.301.80.2178.33903900 fichas 1401

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 O presente contrato terá validade até ____/____/____ a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, em conformidade com o Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS TRIBUTOS, ENCARGOS SOCIAIS E DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS:

5.1 No preço ajustado dos serviços estão previstas todas as despesas com tributos, encargos sociais e fretes, bem como quaisquer outras despesas extraordinárias que porventura venham a ocorrer, que serão suportadas exclusivamente pela **Contratada**.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO:

6.1 A **Contratante**, no recebimento dos serviços objeto deste ajuste, observará o que dispõe os artigos 73, 74, 75 e 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como as condições já expressas nos Anexos II e III, deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1 – O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da contratada, assegurará ao contratante o direito de dá-lo por rescindido, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava, por ato unilateral e escrito e sem que assista à contratada o direito a qualquer indenização.

7.2 – Dar-se-á, também, a rescisão por acordo entre as partes;

7.3 – Poderá, ainda, ser rescindido o contrato em razão dos seguintes motivos:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular, pela contratada, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) atraso no início ou interrupção da execução dos serviços objeto deste termo, regularmente solicitados;



- c) cometimento reiterado de faltas durante a execução do contrato, conforme advertências da Administração;
d) Em qualquer das hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - A rescisão de que trata esta cláusula acarretará a retenção dos créditos decorrentes da execução deste contrato, porventura existentes, até o limite dos prejuízos causados ao contratante, sem prejuízo das sanções administrativas previstas.

7.5 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Credenciamento, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

8.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I- advertência;

II- multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III- suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

8.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1 – da Prefeitura:

a) Expedir as requisição/autorização (Pedido de Exame) para que **os interessados se encaminhem à empresa credenciada de sua livre escolha;**

b) comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de prestação dos serviços;

c) conferir e aprovar os serviços realizados;

d) efetuar o pagamento dos serviços realizados nos moldes deste edital;

e) prestar aos credenciados, todas as informações necessárias para o bom desempenho dos serviços;

9.2 – Obrigação dos credenciados:

a) executar os serviços de conformidade com o Edital e as normas de saúde.

b) permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

c) manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições apresentadas quando da habilitação para o credenciamento;

d) comunicar à Prefeitura, a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;

e) responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados e resultados dos serviços seja na esfera administrativa, cível ou criminal.

f) arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, e outras de qualquer espécie, para o completo cumprimento do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA -MG
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº 13.260.067/0001-07

- g) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- h) fazer comprovar ao Contratante os recolhimentos sociais incidentes a que título for;
- i) fica estabelecida a obrigação de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8666/93 e alterações;
- j) responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à Contratante e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos.
- l) Os serviços deverão ser prestados diretamente por profissionais do estabelecimento contratado. Para os efeitos deste Edital consideram-se profissionais próprios do prestador:
- l.1 - O membro do seu corpo clínico;
- l.2 - O profissional que tenha vínculo de emprego com o prestador;
- l.3 - O profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviços ao prestador, ou seja, por este autorizado e formalmente cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde/CNES.
- m) Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para execução dos serviços ofertados através deste Edital, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício ou de prestação de serviços, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Gestor Municipal, apresentando os respectivos comprovantes de pagamento dos encargos devidos sempre que solicitado.
- n) É de responsabilidade exclusiva e integral do prestador manter em dia o pagamento dos serviços terceirizados a eles vinculados.
- o) Não realizar sub-contratação total ou parcial dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

10.1 - Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Coração de Jesus/MG, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de único teor e validade, e na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Consultoria Jurídica do município de São João da Lagoa, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

São João da Lagoa (MG), de de 2018.

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de São João da Lagoa
Fundo Municipal de Saúde
Francine de Freitas Gomes
CPF:

CONTRATADO (A)

Empresa.....
Rep. Legal:
CPF:

TESTEMUNHAS: 1 _____

RG.

2 _____

RG.